



SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS EM GERAL É DETALHADO EM ASSEMBLEIA

A estrutura do Sistema de Logística Reversa (LR) e a simulação da comercialização dos créditos de reciclagem foram temas da 2ª Assembleia Geral de Logística Reversa de Embalagens em Geral, realizada na Fiesp em 3 de outubro.

O então presidente em exercício da Fiesp e do Ciesp, José Ricardo Roriz Coelho, frisou a importância de apresentar essa modelagem às empresas, associações e sindicatos - a fim de aproveitar as melhores práticas - e que o mesmo modelo seja preferencialmente adotado por outras federações. Quanto ao crédito de modelagem, Roriz lembrou como esse sistema irá atender a Logística Reversa, por meio de parcerias e estratégias, benefícios, melhorias de gestão de LR, segurança jurídica, rastreabilidade, transparência e informação aos cidadãos, esclarecimento à sociedade. "Isto nos desafia a trabalhar política tributária e creditícia, preferencial com LR e reciclagem a fim de garantir sucesso deste projeto", afirmou.

Pag. 02

No radar



Pág.16

Diplomas recentes



Pág.17

Monitore



Pág.22

Agende-se



Pág.22

Destaques dessa edição

Estudo: Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em setores-chave do Brasil

Pag. 04

MDIC e Fiesp assinam acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento sustentável

Pag. 06

Treinamento sobre implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para empresas

Pag. 07

Revisão da Resolução Conama 03/90 é aprovada

Pag. 11

Aconteceu



SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS EM GERAL É DETALHADO EM ASSEMBLEIA



A estrutura do Sistema de Logística Reversa (SLR) e a simulação da comercialização dos créditos de reciclagem foram temas da 2ª Assembleia Geral de Logística Reversa de Embalagens em Geral, realizada na Fiesp em 3 de outubro.

O então presidente em exercício da Fiesp e do Ciesp, José Ricardo Roriz Coelho, frisou a importância de apresentar essa modelagem às empresas, associações e sindicatos - a fim de aproveitar as melhores práticas - e que o mesmo modelo seja preferencialmente adotado por outras federações. Quanto ao crédito de modelagem, Roriz lembrou como esse sistema irá atender a Logística Reversa (LR), por meio de parcerias e estratégias, benefícios, melhorias de gestão de LR, segurança jurídica, rastreabilidade, transparência e informação aos cidadãos, esclarecimento à sociedade. "Isto nos desafia a trabalhar política tributária e creditícia, preferencial com LR e reciclagem a fim de garantir sucesso deste projeto", afirmou.

Mário Hirose, diretor da divisão de economia circular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp (DDS), enfatizou que a questão é nacional e o tema é irreversível e de extrema importância. "Para as empresas que estão no guarda-chuva de associações e sindicatos será mais fácil de administrar a LR e cumpri-la. Trata-se de um novo mercado com a emissão de certificado", disse, lembrando

que no Estado de São Paulo há a obrigatoriedade de comprovar a LR de 22% do material colocado no mercado paulista para as plantas maiores (com mais de 10 mil m² de área construída) e, para os demais (com mais de mil m² de área construída), o prazo se inicia a partir de 2019 com a apresentação do Plano de Logística Reversa em até 30 dias a partir da solicitação da emissão ou renovação da Licença de Operação, com escalonamento crescente. A LR terá impacto na obtenção e renovação da licença ambiental, além da aplicação de multas. O 1º Relatório com os dados do Sistema será entregue à Cetesb em 31 de março de 2019.

Ricardo Garcia, especialista do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), fez a apresentação da obrigatoriedade legal para o setor de embalagens em geral e outros, dando ênfase à decisão de diretoria da Cetesb nº. 076/2018 sobre o modo como se dá a cobrança. A comprovação do cumprimento da LR para se obter o licenciamento ambiental é uma forma da administração pública dar conta da obrigatoriedade e este mecanismo pode se estender para outros Estados da Federação.

De acordo com o especialista, hoje 28% do total de resíduos sólidos urbanos secos (RSU) são aterrados, mas são passíveis de reinserção no processo produtivo, enquanto apenas 2% seguem para cooperativas. Garcia enfatizou que um sistema coletivo reduz o custo do processo. Ele fez a apresentação do Conselho Gestor responsável pela governança do Sistema e sua composição, quem pode realizar a certificação e quais os tipos de certificados, e que conta com 5 cadeiras para produtores e 2 cadeiras de operadores. Até o momento, são 29 entidades signatárias e 12 cooperativas, 12 operadores do sistema e 355 empresas aderentes (industriais, comércio e importadores) de vários Estados da Federação.

O sistema está ancorado em nota fiscal de

comercialização das embalagens recicláveis que garante a sua rastreabilidade. Os dados da comercialização dessas embalagens são encaminhados a uma empresa certificadora responsável por verificar sua autenticidade, registrar e efetuar homologação das partes que efetuaram a comercialização. A partir dessa confirmação do processo de comercialização, o sistema emite o certificado de reciclagem relacionado à quantidade de embalagens recicláveis retornadas ao processo produtivo.

A New Hope Ecotech (selo Eureciclo) é a atual certificadora do sistema. Marcos Matos (CFO e novos negócios) e Thiago Carvalho Pinto (CEO) trataram da segurança jurídica do sistema ao menor custo, explicaram como é o sistema operacional que conta com uma equipe de mais de 20 pessoas de desenvolvedores e

especialistas ambientais no Brasil, Chile e EUA, e fizeram algumas simulações.

O certificado de reciclagem emitido pelo sistema é individualizado por empresa aderente que necessita comprovar a meta estabelecida pela legislação vigente e, no caso do Estado de São Paulo, comprovar o atendimento à meta no momento da solicitação ou renovação de sua licença ambiental. Essa comercialização permite o controle e a transparência do processo, além do viés mercadológico, como mercado B2B, escala e concorrência. Os certificados serão comercializados a partir de 28 de novembro.

Para conferir os detalhes do Sistema, acesse: <https://goo.gl/NKJfSQ>

Fonte: Agência Indusnet

DIRETORIAS REGIONAIS DO CIESP APRESENTAM O SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA AOS SEUS ASSOCIADOS



Para esclarecer as dúvidas e questionamentos dos associados Ciesp acerca do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em geral e as obrigações da legislação vigente, como a Decisão de Diretoria nº 76/2018, o Departamento de Desenvolvimento Sustentável realizou diversas apresentações nas Diretorias Regionais a fim de apresentar a estrutura do Sistema de Logística Reversa (SLR) e responder aos questionamentos das empresas participantes.

De acordo com a Decisão de Diretoria nº

76/2018, deverão realizar a logística reversa de suas embalagens os empreendimentos que fabricam ou sejam responsáveis pela importação, distribuição ou comercialização de produtos alimentícios, bebidas, produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos e produtos de limpeza e afins, desde que licenciados pela Cetesb por meio do licenciamento ordinário.

Já ocorreram vinte (20) palestras pelas DRs com público estimado de 400 pessoas e as próximas apresentações estão agendadas para novembro, conforme calendário:

Diretória Regional	Novembro
Cotia	07
Americana	08
Piracicaba	13
São Bernardo do Campo	23
Rio Claro	28

Fonte: Agência Indusnet

SISTEMA REALIZA COMERCIALIZAÇÃO DE CERTIFICADOS DE RECICLAGEM

SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS

Com o objetivo de testar a modelagem, foram realizadas, na data de 24 de outubro, duas micro concorrências para comercialização dos certificados de reciclagem de embalagens de plástico e papel.

Na micro concorrência de plástico, foram comercializadas 206t com o valor final de venda de R\$ 82,95/tonelada. As ganhadoras foram a Cooperativa Cooperlânea e Mega Central, com a oferta de 100t cada e a empresa RCR Ambiental, com a oferta de 6t.

Já na micro concorrência de papel foram comercializadas 176t com o valor final de venda de R\$ 83,82/tonelada. As ganhadoras foram a Cooperativa Cooperlânea, com a oferta de 106t e a Mega Central, com a oferta de 70t.

A empresa aderente ao Sistema, Usina Colombo S/A - Açúcar e Álcool. foi a pioneira na aquisição dos Certificados de Reciclagem do

Sistema. Com essa aquisição, a empresa pode comprovar a meta de 22% de embalagens de produtos que comercializadas no Estado de São Paulo, cumprindo as exigências estabelecidas na Decisão de diretoria nº 076/2018 da Cetesb.

A 1ª comercialização oficial dos Certificados de Reciclagem do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em geral está agendada para ocorrer em **27 de novembro** na sede da Fiesp.



ESTUDO SOBRE MITIGAÇÃO DE EMISSÕES DE GEE EM SETORES-CHAVE DO BRASIL

No último 04 de outubro, a Fiesp realizou encontro para apresentação do Estudo sobre Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-chave do Brasil, feito sob coordenação de Régis Rathmann, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI).

Entre os focos principais da apresentação, a contextualização do estudo e o impacto das ações na economia nacional, o papel do setor industrial na economia de baixo carbono, análise dos setores-chave, instrumentos de políticas públicas para a implementação de uma economia de baixo carbono, com especial atenção para áreas química e siderurgia.

Para Mário Hirose, diretor da divisão de economia circular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), o debate climático é transversal às áreas de meio ambiente, energia, infraestrutura, comércio exterior e agronegócio. "A Fiesp está envolvida com a questão e acompanha o tema, integrando todas as COPs (conferências

mundiais do Clima)", afirmou.

Segundo informou, o objetivo é de redução de gases de efeito estufa (GEE) em 37% até 2025, e o Brasil quer realizar esforço extra da ordem de 43% até 2030. A participação do setor industrial para as emissões brasileiras é cerca de 7%, desagregadas da matriz energética, configurando uma baixa intensidade do setor em comparação aos padrões mundiais, em função da nossa ênfase nas hidrelétricas. Já as emissões específicas de GEE das indústrias de vidro e siderúrgica brasileiras, por exemplo, são menores do que a média mundial. Além disso, o consumo de energia elétrica do setor químico e das emissões de dióxido de carbono (CO2) diminuíram, respectivamente, 19% e 29%, entre 2006 e 2015.

Hirose reforçou que o estabelecimento de estratégias de implementação e financiamento da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) do Brasil deve considerar esforços e investimentos já realizados pelo setor industrial na redução de emissões de

GEE nos últimos anos. E, também, o custo benefício da adoção de tecnologias para a redução de emissões e a forma como a competitividade das empresas será afetada, principalmente aquelas que transacionam suas vendas no mercado internacional.

Régis Rathmann, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), afirmou que a Fiesp é “progressista no trato das questões do clima, seja quanto à adaptação – que é mais cara – e também quanto à mitigação, foco do encontro de hoje. Sem o setor de resíduos sólidos urbanos, não vamos conseguir cumprir a NDC”, disse, na abertura de sua fala. Para ele, os setores eletrointensivos são *benchmark* em relação aos padrões internacionais, “pois a indústria tem muito pouco a fazer, pois já fez muito uma vez que a eficiência energética é questão de competitividade”. Ele avaliou que há setores que têm maiores oportunidades, como florestas, a fim de reduzir ao menor custo as emissões, cumprindo assim as metas do desmatamento.

Especificamente em relação ao setor industrial, Rathmann tratou das premissas e explicou que no estudo foram trabalhados 11 setores industriais, mas, no balanço apresentado, houve foco no químico e no siderúrgico, que são bastantes representativos. O estudo “*Opções de mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em setores-chave do Brasil*” contou com duração de cinco anos, teve a participação de 11 ministérios mais o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma equipe de 98 pesquisadores em 7 subgrupos, tendo como executora a ONU Meio Ambiente, e recursos da Global Environment Facility-Fundo Mundial para o Ambiente. Um dos objetivos foi ajudar o governo brasileiro em sua capacidade técnica de elencar possibilidades de mitigação nos mais variados setores. Com a devida contextualização da economia nacional, Rathmann frisou que o uso do solo tem papel fundamental quando se trata de mitigação.

O governo precisa cumprir políticas públicas para se alcançar o cumprimento das metas estabelecidas, segundo o expositor, mas a falta de capacidade financeira do governo é um agravante e, conseqüentemente, as emissões voltaram a crescer no ano retrasado e, possivelmente, também no ano passado.



Assim, quando cai a arrecadação do governo, que perde dinheiro para executar políticas de comando e controle, o desmatamento, por exemplo, volta a crescer. Trata-se de um paradoxo, na avaliação de Rathmann.

Em sua exposição, tratou da precificação do carbono, estabelecido via *cape and trade* ou por um mecanismo híbrido. Seria preciso um mecanismo de precificação da ordem de US\$ 10 por tonelada de CO₂, que viabilizaria uma série de tecnologias que poderiam levar à redução das emissões. Esta é uma das conclusões, segundo o expositor, isto se o Brasil não conseguir cumprir as suas políticas públicas.

Ele tratou, ainda, das metas de redução de desmatamento das florestas e do Plano ABC. “O Brasil precisa seguir sua rota até 2024, o que preconiza o Mapa, para o rebanho bovino”, pois o Brasil depende muito de sua exportação de carne.

O estudo apresentado considerou na base de dados 8.000 tecnologias de baixo carbono que alimentaram o modelo. Para saber mais, o estudo *Opções de mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em setores-chave do Brasil* pode ser acessado neste link:

<https://goo.gl/wX3sBM>

A Fiesp também desenvolveu um estudo sobre Avaliação dos reflexos das metas de redução de emissões sobre a economia e a indústria brasileira, disponível para download em: <https://goo.gl/rXg3pt>



Fonte: Agência Indusnet

MDIC E FIESP ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



estudos e disponibilização de informações.

Nelson Pereira dos Reis, diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp, agradeceu o esforço do Ministério para esta agenda. "O Brasil só vai se desenvolver e crescer se melhorar sua competitividade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se encaixam como estratégia não só de curto, mas de médio e longo prazos.

A indústria de São Paulo é a locomotiva para o resto do setor industrial do país, afirmou Igor Calvet, secretário do Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, ao reforçar a importância do acordo de cooperação técnica assinado no último dia 16 de outubro, entre Fiesp e o MDIC. "Deve-se trabalhar em ações em prol do desenvolvimento sustentável vinculado à competitividade e ações concretas, fundamental para que se alastrem para outros Estados", completou, ao lembrar que muitas vezes essas ações não são vistas como prioritárias, pois não é um trabalho simples e fácil, mas deve ser uma agenda prioritária.

Para ele, o trabalho a ser desenvolvido com este acordo será feito de forma concertada, estruturada e coordenada para reunir os níveis federal, estadual e municipal. "Quanto mais se fizer isto de modo coordenado, maior a eficácia. É fundamental a ajuda da Fiesp, que tem experiência acumulada no tema de sustentabilidade", finalizou.

O acordo de cooperação técnica conjuga esforços para desenvolver ações relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Este acordo envolve o setor industrial nas matérias de mudança do clima, energia renovável, inovação, compras públicas sustentáveis, resíduos sólidos, parcerias e meios de implementação. Isto será feito por meio de capacitações conjuntas, realização de

A indústria e o governo estão conscientes e alinhados para avançar [no tema]", avaliou. Para Reis, essa cooperação é importante em um momento de inflexão no qual estamos estagnados em termos de desenvolvimento e é preciso romper essa barreira e adotar estratégia clara de comprometimento. "Estamos satisfeitos em nos engajar e aderir a esse projeto", concluiu.

A Agenda da Conformidade Ambiental da Fiesp compreende compromissos e ações direcionados para o desenvolvimento alicerçado nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Como pilar e estratégia, as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A agenda de ações conta com 17 objetivos e 169 metas a serem alcançados até 2030. Portanto, torna-se necessário o aprofundamento de debates e interfaces de forma transversal para todas as organizações e entidades públicas e privadas.

Assim, há uma oportunidade para que a Fiesp e o MDIC agilizem soluções para os problemas relacionados ao meio ambiente a fim de alavancar os ODS, especialmente via atuação institucional para a defesa de interesses da cadeia produtiva, promovendo sua competitividade.

Fonte: Agência Indusnet

TREINAMENTO SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) PARA EMPRESAS



A relevância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o setor privado e a busca por conhecimentos práticos cada vez maior por parte das empresas motivou a realização, no dia 17 de outubro, de mais um workshop *SDG Compass*: guia de implementação dos ODS para empresas. A meta era ajudar os empreendedores a colocar em prática os chamados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, uma agenda focada em 2030.

O evento foi aberto pelo diretor da divisão de Economia Circular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da federação, Mario Hirose. "Esse é um tema de extrema importância para o futuro, uma agenda propositiva para o combate à pobreza", disse. "Ninguém pode ficar de fora: os 17 ODS são fundamentais".

Hirose afirmou que a Fiesp assinou um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços para conjugar esforços para promover os ODS no âmbito industrial. "Temos que compartilhar todas as informações para o desenvolvimento dessas diretrizes até 2030", disse.

Ele citou como exemplo dessa tendência a decisão de uma Indústria de ajudar os funcionários a economizarem com a conta de

luz em casa. "Cada colaborador apresentava a sua conta e a empresa ajudava a traçar uma estratégia de economia", disse.

NO DIA A DIA

Assessora na Rede Brasil do Pacto Global, Bárbara Dunin apresentou os ODS para os participantes do workshop. "É muito importante ter o apoio da Fiesp para esse treinamento em São Paulo", disse. "Precisamos explicar o que são os ODS e como aplicar essas metas no dia a dia".

Assim, o chamado Compass é um guia de cinco passos sobre como lidar com os ODS. "As empresas devem priorizar aqueles ODS mais ligados aos seus negócios e objetivos estratégicos", disse. "Os 17 são importantes, claro, mas cada um pode cuidar daqueles ligados ao seu trabalho".

Segundo Bárbara, o desenvolvimento sustentável tem que ser capaz de equilibrar inclusão social, desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

Nessa linha, os 17 ODS foram apresentados na Semana Geral das Nações Unidas em setembro de 2015. "Agora temos uma agenda holística para 2030, sem deixar ninguém para trás", disse. "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU inclui os ODS".

Fonte: Agência Indusnet

O SDG COMPASS

Lançado em novembro de 2015, o Guia SDG Compass foi desenvolvido pelo UN Global Compact, World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e GRI. No mesmo ano, as três organizações lançaram no Brasil a versão traduzida do documento.

Acesse o documento: <https://goo.gl/PnkJZH>

Fonte: Editado-Pacto Global-Rede Brasil





COSEMA DISCUTE DESASTRE DE MARIANA



Os efeitos sobre o ambiente do vazamento de resíduos de mineração no rio Doce foram tema da reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema), realizada em 25 de setembro. Para falar sobre a situação atual 3 anos depois do desastre de Mariana, compareceram Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), e Ricardo Alcântara Valory, diretor geral da Agência de Água da Bacia do Rio Doce – Instituto BioAtlântica (IBio).

Ao fazer a introdução do assunto, Walter Lazzarini, presidente do Cosema, explicou a ausência na reunião da Fundação Renova, que havia sido convidada e alegou impossibilidade de enviar representante na data.

A BACIA DO RIO DOCE

São cerca de 87.000 km quadrados da bacia, com extensão principal do rio de 879 km. Quase 3,5 milhões de pessoas vivem em sua área. Esgotos domésticos –diversos municípios não fazem tratamento- e erosão e assoreamento são os principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos na bacia do rio Doce, disse Valory.

O IBio, responsável pela gestão do rio, prioriza

áreas que totalizam 15.900 km², porque seus problemas são mais críticos. Há um plano de aplicação plurianual, que no período de 2016 a 2020 prioriza ações de adequação ambiental, por meio do plano Rio Vivo, que inclui programas de recomposição de Áreas de Proteção Permanentes e nascentes, controle das atividades geradoras de sedimentos e expansão do saneamento rural.

Entre as iniciativas de destaque descritas por Valory está o Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura.

São objetivos do Rio Vivo a revitalização dos corpos de água, o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da água. “Precisamos de fortalecimento do sistema da bacia”, afirmou. Melhorou o relacionamento com a Renova, segundo Valory. Ainda há muita insegurança em relação à água na região entre a população, disse. “Precisamos recuperar este grande dano”.

O excesso de sedimentos dispersos após o desastre provocou entre outros efeitos a mortandade de peixes, pelo turvamento da água e deposição nas guelras. Passados 3 anos, há muito peixe, e a pesca voltou, disse, mas ainda há receio de consumir o produto.

Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente, fundada em 1978, destacou a existência de grande área de pastagens degradadas na bacia do rio Doce. Somente 3% delas foram consideradas não degradadas em 2015. Em relação à área atingida na bacia, a superintendente da AMDA disse que acredita no trabalho da Renova. As sequelas emocionais na população afetada não serão facilmente superadas, mas deve haver recuperação ambiental e econômica.

Fonte: Agência Indusnet

CONTINUA EM VIGOR: MANDADO DE SEGURANÇA DA FIESP/ CIESP CONTRA DECRETO DA CETESB DE LICENCIAMENTO

Foi concedida a segurança pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela Fiesp e pelo Ciesp contra o Diretor Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, no qual é discutida a ilegalidade e abusividade do Decreto estadual nº 62.973/2017, que estabeleceu novo parâmetro para o cálculo de preços do licenciamento ambiental e outros serviços afins.

Deste modo, as empresas filiadas e/ou associadas à Fiesp e ao Ciesp poderão continuar utilizando o Mandado de Segurança para beneficiar-se no âmbito do licenciamento ambiental junto a CETESB e utilização de outros serviços afim, como solicitação de Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental-CADRI e Pareceres Técnicos.

MERCADO DE PESCADOS EM DEBATE NA FIESP



Encontro Mesa dos Brasileiros: a Semana do Peixe reuniu autoridades na Fiesp no dia 21 de setembro. O evento reuniu especialistas na área e apresentou os dados da pesquisa “A Mesa dos Brasileiros”, apresentada pela federação no primeiro semestre de 2018. O encontro foi uma iniciativa do Departamento do Agronegócio (Deagro).

Participaram da abertura o gerente do Deagro, Antonio Carlos Costa, o diretor titular adjunto da área Roberto Imai, o secretário especial de Aquicultura e Pesca (Seap), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, Dayvson Franklin, e a superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo, Andrea de Moura.

“Hoje a Fiesp é a casa da indústria e do pescado”, disse Imai. “Todos os elos da cadeia produtiva estão aqui, unidos por objetivos em comum”. Ele lembrou que a Semana do Peixe foi criada há 15 anos pelo governo federal, com o objetivo de estimular a produção e o consumo.

Segundo Andrea, o setor tem sofrido “golpes fatais” no Brasil, mas a união dos agentes

envolvidos na área “vai trazer um norte” para os desafios a serem enfrentados.

Já Franklin lembrou que a Fiesp é “uma base forte para a semana do pescado, promovendo um debate diário em prol do setor”.

Na ocasião, ele anunciou a oferta de um montante de R\$ 1 milhão para financiar ações de incentivo ao consumo de peixes. Isso será feito a partir de um concurso que selecionará os melhores projetos. “A ideia surgiu a partir de um debate na Fiesp, no Deagro”, contou.

SOBRE O ESTUDO



Ao apresentar o estudo “A Mesa dos Brasileiros” no debate, Antonio Carlos destacou as mudanças observadas nos resultados obtidos pela pesquisa em sua primeira edição, em 2010, e na mostra feita em 2017 divulgada esse ano.

“Em 2010, 40% dos entrevistados buscavam informação sobre alimentos pela TV e apenas 19% recorriam à internet com esse objetivo”, disse. “Em 2017, a internet respondeu por 40% das buscas, com apenas 24% dos entrevistados procurando saber mais sobre comida pela TV”.

Segundo ele, agora, “impactados pela crise, os

brasileiros revisaram seus hábitos de consumo". "Nos últimos anos, o preço baixo ganhou importância no processo de compra", disse. "E ganhou força a tendência de cozinhar em casa".

Nesse contexto, foi observado um aumento de 15 pontos percentuais na categoria dos homens que preparam alimentos em seus lares. "O número de pessoas que disse não ter tempo para cozinhar passou de 46% para 38%

dos entrevistados, o que prova que as pessoas estão mais determinadas a cozinhar em casa".

Para ler a pesquisa completa, acesse a página A Mesa dos Brasileiros:

<http://hotsite.fiesp.com.br/amesadosbrasileiros/>

Fonte: Agência Indusnet

Clique no link



CONSELHO SUPERIOR DO AGRONEGÓCIO DA FIESP DISCUTE GANHOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS COM A INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA

Reunião realizada em 14 de setembro do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp (Cosag), presidido por Jacyr Costa, teve como tema "Integração lavoura-pecuária-floresta", conhecida pela sigla ILPF.

Renato Rodrigues, secretário de Inteligência e Relações Estratégicas da Embrapa e presidente do conselho executivo da Rede ILPF, iniciou sua apresentação sobre o assunto explicando a dependência brasileira em relação à qualidade das pastagens para a competitividade da pecuária.

Há 178 milhões de hectares de pastagem no Brasil, com cerca de 50% com algum nível de degradação (abaixo de sua capacidade de lotação). A produtividade atual das pastagens cultivadas é de 32% a 34% de seu potencial. Elevar para 49% o índice já atenderia à demanda interna, afirmou.

O processo de degradação ao longo do tempo está ligado a causas como uso de sementes de baixa qualidade, práticas inadequadas de manejo, fatores como pragas e efeitos climáticos. Há perda de qualidade do solo e aumento das emissões de gases do efeito estufa (GEE), por problemas na ruminação. A ILPF muda o quadro.

A ILPF é a grande revolução do século 21, afirmou. É, explicou, um pacote tecnológico completo, que visa à produção sustentável. Entre suas características estão o aumento do bem-estar animal, manutenção da biodiversidade, redução da sazonalidade da mão de obra no campo, maior geração de empregos diretos e indiretos e melhora da imagem do agronegócio. Pode, destacou Rodrigues, ser adotada em praticamente todos



os portes de propriedades e diminui a pressão por expansão de áreas cultivadas.

De 18,7 arrobas por hectare por ano da pecuária atual, de boa produtividade, a ILPF permite passar para mais de 30 arrobas por hectares por ano já no primeiro ano de sua adoção, chegando a 40,6 arrobas por hectare no segundo ano.

A ILPF reduz em 20% o consumo de água por animais. A produção de 7 toneladas de palhada por hectare ajuda a manter a umidade do solo. Há redução de 99% na perda de solo e de 91% na perda de água. O estoque de carbono é aumentado em 8% na ILPF (contra perda de 4% na pecuária), e há redução de 50% na emissão de GEE.

De R\$ 700 de lucro líquido de uma fazenda com boa aplicação de ILPF o lucro cai para R\$ 1,78 por hectare para unidades ruins. A ILPF também reduz o risco para o produtor, graças à diversificação. Havia 11,5 milhões de hectares de ILPF em 2015, com a projeção de 15 milhões para 2018.

Há desafios para o produtor, como o gerenciamento de um sistema muito mais

complexo do que ao que ele está habituado. A ILPF exige apoio, mão de obra qualificada (o que exige atualização das grades curriculares), extensão rural, modelo de crédito ajustado ao sistema. Rodrigues mostrou o exemplo da fazenda Santa Brígida, que conseguiu sair de prejuízo de R\$ 300 por hectare para lucro de R\$ 3.000 por hectare.

A REDE

A Rede ILPF surgiu em 2012 como parceria

público-privada (PPP), em projeto de transferência de tecnologia, inicialmente com 3 empresas, passando a 5 em 2015. Entidade privada sem fins lucrativos, tem a Embrapa como sócia honorífica e encarregada de tocar os projetos.

Rodrigues citou o projeto Rural sustentável fase 2 do Cerrado, com a implementação de 300.000 hectares de ILPF, com diferentes características por região, pensada como ferramenta de desenvolvimento regional.

Fonte: Agência Indusnet

REVISÃO DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA nº 03/1990 SOBRE PADRÕES DE QUALIDADE DO AR É APROVADA

Em plenária realizada em 30 de outubro, a revisão da resolução nacional de qualidade do ar foi aprovada, tendo como diretrizes as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005).

A proposta apresenta uma significativa evolução em relação a norma vigente, de 1990, definindo prazos e indicando ações de grande relevância para a melhoria contínua do sistema de gerenciamento da qualidade do ar.

Destaques das principais alterações propostas:

- Adoção de valores guia de qualidade do ar iguais ou mais restritivos que as recomendações da OMS de 2005, que ocorrerão em quatro Etapas subsequentes;
- Inclusão de padrões de qualidade do ar para partículas finas (Material Particulado - $MP_{2,5}$) e chumbo;
- Inclusão de concentrações de $MP_{2,5}$, para determinação de episódios críticos de poluição do ar.

Estabelecimento dos seguintes prazos:

- ❑ Avaliação da Situação da Qualidade do Ar nos Estados para tomada de decisão quanto a migração das Etapas com Padrões Intermediários (mais restritivas) - cinco anos;
- ❑ Publicação de Relatório de Avaliação da Qualidade do Ar pelos órgãos ambientais - anualmente;
- ❑ Elaboração de Plano de Controle Estadual de Emissões Atmosféricas pelos órgãos ambientais - em até três anos;
- ❑ Elaboração de relatório de acompanhamento do Plano de Controle Estadual - a cada três anos.
- ❑ Elaboração de Guia Técnico para Monitoramento da Qualidade do Ar pelo Ministério do Meio Ambiente - em até 12 meses.

O documento final aprovado em plenária será avaliado pela Consultoria Jurídica do MMA, antes de seguir para apreciação do Ministro.



GOVERNO DESTINA R\$ 228 MILHÕES PARA EXPANDIR OFERTA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Com recursos do Fundo Clima, linha de crédito foca microempresas e pessoas físicas. BNDES anuncia R\$ 2 bilhões para apoiar investimentos

Pessoas físicas e microempresas de todo o país terão acesso a um novo financiamento para instalações de energias renováveis. A medida será possível graças à linha de crédito lançada pelo governo federal. Serão R\$ 228 milhões provenientes do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A iniciativa foi anunciada pelo presidente da República, Michel Temer, pelos ministros Edson Duarte (Meio Ambiente), Esteves Colnago Junior (Planejamento) e Moreira Franco (Minas e Energia) e pelo presidente do Banco de Desenvolvimento, Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira. O BNDES é o agente financeiro do Fundo Clima na modalidade reembolsável.

Edson Duarte enfatizou que essa linha de crédito é a consolidação do atendimento do Brasil a sua NDC, o compromisso com o combate à mudança do clima. "Ao apostar nas energias renováveis, o Brasil aposta em uma economia de baixo carbono e se antecipa ao futuro", afirmou o ministro do Meio Ambiente.

O diferencial será a redução da taxa de juros e a possibilidade de pessoas físicas e microempresas se beneficiarem. A taxa de juros será de 4% para os que têm renda anual de até R\$ 90 mil. Para rendimentos anuais superiores a R\$ 90 mil, a taxa será de 4,5%. A carência é de três a 24 meses e o prazo máximo de amortização é de 12 anos.

Moreira Franco destacou que é uma ação concreta, efetiva e objetiva. "Estamos permitindo que as pessoas tenham acesso à energia de qualidade, limpa e a preço justo", disse o ministro de Minas e Energia. Ele lembrou que, atualmente, 82% das fontes energéticas no país são limpas – e o BNDES é a mais importante fonte de financiamento no setor elétrico.

EXPANSÃO

Para facilitar o acesso dos recursos, o BNDES

firmou um convênio com a Caixa Econômica Federal e outros bancos de desenvolvimento para que também possam operar o Fundo Clima. A expectativa é aquecer o mercado e chegar a até 18 mil instalações de painéis solares em pequenas propriedades, principalmente nas zonas rurais, considerando um custo médio de R\$ 15 mil a R\$25 mil.

Além de integrar essas propriedades isoladas ao sistema energético, o financiamento tem o potencial de gerar renda em serviços de instalação e manutenção dos equipamentos. "Estudos mostram que a cadeia produtiva de energia solar pode ser até três vezes maior comparativamente do que a de combustível fóssil", explicou o ministro do Meio Ambiente.

FINAME ENERGIA RENOVÁVEL

Uma linha permanente para apoiar investimentos em fontes renováveis também foi lançada pelo BNDES. Com dotação inicial de R\$ 2 bilhões, a linha Finame Energia Renovável permite que clientes como condomínios, empresas, cooperativas, produtores rurais e pessoas físicas possam financiar até 100% do total a ser aplicado nos equipamentos, com prazos de pagamento de até 120 meses e carência de até 24 meses.

Os equipamentos a serem financiados devem estar habilitados para esta linha de financiamento na base do BNDES, que exige que sejam novos, nacionais e cumpram requisitos de conteúdo local. Com isso, a iniciativa contribui diretamente para a estruturação da cadeia produtiva de fornecedores de equipamentos de geração de energia renovável.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que as linhas de crédito do Fundo Clima e do BNDES darão maior atratividade ao mercado de energias renováveis no país.

O FUNDO CLIMA

Neste ano, o Fundo Clima já havia oferecido R\$ 220 milhões em crédito para o mercado de fotovoltaicas, esgotados em menos de 60 dias.

Agora, com esse novo aporte de R\$ 228 milhões, o Fundo poderá fechar somente em 2018 com 80% do valor investido desde que foi criado, em 2009, R\$ 560 milhões.

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima é um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima e tem a finalidade de financiar projetos, estudos e empreendimentos voltados para a redução de emissões de gases de efeito estufa e para a adaptação aos efeitos da mudança do clima.

Vinculado ao MMA, o Fundo Clima disponibiliza recursos em duas modalidades: reembolsável e não-reembolsável. Os recursos reembolsáveis são administrados pelo BNDES e os não reembolsáveis, pelo MMA.

Editado de: Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Fonte: <https://goo.gl/JP5B4s>



Clique no link

PLATAFORMA DIGITAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Reduzir a geração de resíduos é uma das metas que constituem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, definição das Nações Unidas que faz parte de uma agenda a ser atingida até 2030, assim como a adoção de práticas sustentáveis e a inclusão de informações de sustentabilidade nos relatórios gerenciais das organizações.

As novas tecnológicas digitais já estão sendo utilizadas pelas empresas como, por exemplo, a Amlurb (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – São Paulo) utiliza a Plataforma Verde, primeira Startup do Brasil da área de tecnologia ambiental a ser selecionada pelo Fórum Econômico Mundial como Technology Pioneer 2018, para desenvolver sistemas de fiscalização de coleta e destinação *online* de resíduos sólidos urbanos (RSU) no município de São Paulo.

A solução *online* no modelo BaaS (*Blockchain as a Service*), garante o levantamento de dados, destinação correta do RSU, a segurança da gestão e fiscalização, facilitando a administração do processo em si e dos indicadores econômicos, ao mesmo tempo em que promove a governança.

O conceito da iniciativa é rastrear pontos de descartes viciados, transportadoras, veículos e inibir aterros irregulares, destinos não licenciados, entre outros obstáculos que, do ponto de vista do poder público, dificultam as boas práticas na gestão do RSU nas cidades.

Integrada a uma solução privada de gestão ambiental, essa plataforma assegura questões legais, financeiras e de conformidade que são estendidas aos resíduos sólidos de outras

origens, como: industriais; de serviços; do comércio; entre outros.

William Gerst, responsável comercial da *Startup*, destaca que essa tecnologia foi criada para mudar a forma como as empresas e cidades enxergam os resíduos sólidos. "Ao controlar informações relacionadas ao destino destes resíduos sólidos, tais como: armazenamento; volumes de entrada e saída; custos; autorizações, licenças e certificados, o tempo gasto com tarefas operacionais diminui, enquanto a rastreabilidade dos processos aumenta, assim como o resultado financeiro das operações".

É de se ressaltar a importância do uso de novas ferramentas para estimular condutas sustentáveis nas indústrias. Elas são fundamentais para tornar qualquer processo da empresa eficiente e eficaz, e com a área ambiental não é diferente.

A tecnologia de *Blockchain*, usada para o registro da informação, é a forma na qual a *Startup* garante a transparência dos dados inseridos. Além disso, as organizações podem controlar o acesso às informações ou dados que deseja compartilhar.

Para mais informações consultar o endereço eletrônico:

<https://www.plataformaverde.com.br/>

SIGA O DDS NO TWITTER



<https://twitter.com/FiespAmbiental>

AÇÕES REGIONAIS E SETORIAIS

RESÍDUOS SÓLIDOS

No ano em que a Lei Nacional de Política de Resíduos Sólidos completa 8 anos, o Ministério Público de São Paulo realizou o evento "O Ministério Público e a Gestão de Resíduos Sólidos e a Logística Reversa". O encontro teve como objetivo fomentar o debate e estimular a pesquisa e o estudo do tema, além de buscar os meios para sua implementação e trazer resultados práticos para a atuação do Ministério Público na gestão dos Resíduos Sólidos e na proteção e defesa do Meio Ambiente. A gerente do Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Anicia Pio, realizou apresentação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral desenvolvido pela Fiesp/Ciesp.

DIRETORIA REGIONAL – JUNDIAÍ

O Grupo de Meio Ambiente do Ciesp Jundiaí em conjunto com o DDS Fiesp/Ciesp realizou evento com o tema "Segurança Hídrica no Setor Industrial na região de Jundiaí". Foram abordadas as evoluções do setor quanto ao uso racional da água, os cenários de oferta e consumo e, principalmente, as perspectivas do Sistema Cantareira que está operando em estado de alerta neste período seco.

SEGURANÇA HÍDRICA NO SETOR INDUSTRIAL

O Departamento de Desenvolvimento Sustentável realizou palestra na reunião do Grupo de Meio Ambiente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) com o tema "Segurança Hídrica no Setor Industrial". Foram abordadas as evoluções do setor quanto ao uso racional da água, os desafios nas diferentes regiões do estado e, principalmente, as perspectivas do Sistema Cantareira que está operando em estado de alerta neste período seco.



ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO - ZEE

O DDS FIESP/CIESP vem colaborando e participando de forma ativa na discussão do Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado de São Paulo, através das oficinas realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado nas áreas de abrangências dos Comitês de Bacia Hidrográficas.



29º CONGRESSO NACIONAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

O DDS Fiesp/Ciesp apresentou a visão do setor industrial quanto a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água durante o 29º Congresso Nacional de Saneamento e Meio Ambiente realizado pela AESABESP/FENASAN em São Paulo. Foram destacadas a necessidade da garantia dos pactos nos comitês de bacias, agilização dos investimentos, a cobrança como fonte não única para investimentos das diversas agendas setoriais e, principalmente, melhoria na transparência e controle social na arrecadação a aplicação dos recursos.

**Confira o Manual de
Uso Racional de
Água no Setor
Industrial**

<https://goo.gl/3D16Qw>



AÇÕES REGIONAIS E SETORIAIS

DIRETORIA REGIONAL – LIMEIRA

O Ciesp Limeira está apoiando o Projeto Conservadores do Tabajará, cujo objetivo é realizar o levantamento das informações agrícolas e ambientais das propriedades rurais na bacia hidrográfica local, para desenvolver os projetos executivos visando a recuperação, conservação e proteção de mananciais de abastecimento público



de Limeira no âmbito da Política de Mananciais dos Comitês PCJ, conforme a Deliberação dos Comitês PCJ nº 284/17, de 15.12.2017.

Mais informações:

Agência das Bacias PCJ

manancial@agencia.baciaspcj.org.br

www.agencia.baciaspcj.org.br

Prefeitura Municipal de Limeira

Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura

Departamento de Extensão Rural

extensaorural.drma@limeira.sp.gov.br

Clique nos links



DIA DA ÁRVORE

Para comemorar o Dia da Árvore, o Grupo de Meio Ambiente - GMA do Ciesp Limeira promoveu no dia 21 de setembro, um plantio de mudas nativas com a participação de aproximadamente 250 pessoas, entre autoridades, alunos das escolas do Sesi e Senai e colaboradores das empresas que apoiaram a iniciativa.



PARTICIPE!



INFORMAÇÕES:
premioagua@fiesp.com

14ª EDIÇÃO

NO RADAR



196

Representações em
Fóruns/Colegiados

BIODIVERSIDADE

Floresta Estadual de Pederneiras

Reunião do conselho consultivo da Floresta Estadual de Pederneiras, quando foram apresentadas as devolutivas recebidas e acatadas ou não da sociedade civil, poder público e representantes do setor produtivo do município. A Fiesp e o Ciesp estiveram presentes em todos os eventos onde foram apresentadas as propostas para o plano de manejo da unidade de conservação. Registramos uma divergência no perímetro da zona de amortecimento que será melhor deliberada nas instâncias do CONSEMA.

CONSELHOS AMBIENTAIS

Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José do Rio Preto (Comdema)

Reunião para aprovação da minuta de resolução que determina que projetos de lei do município envolvendo o meio ambiente sejam submetidos ao COMDEMA para emissão de parecer. Na ocasião, também foi elaborada a manifestação do conselho sobre a proposta de alteração na Lei nº 10.205/2008, que dispõe sobre a criação do fundo municipal de defesa do meio ambiente (FUMDEMA), além de aprovado o plano municipal da Mata Atlântica e Cerrado.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Reunião ordinária do Plenário do Consema para aprovação dos Planos de Manejo da Floresta Estadual de Guarulhos;

Parque Estadual de Itapetinga; do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande; e do Parque Estadual de Itaberaba.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Reunião da Câmara Técnica de Cobrança para discussão acerca dos reajustes nos valores referentes a cobrança pelo uso da água nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ) e Rio Doce, onde o setor posicionou-se contrariamente aos reajustes tendo em vista a contrariedade à indexação dos valores e reajustes retroativos a anos anteriores.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

A Câmara Técnica de Águas Subterrâneas analisou a deliberação do CBH-Pardo nº 244/2017 que delimita áreas de restrição de poços em Ribeirão Preto. A câmara deliberou que os elementos técnicos e normativos presentes nos documentos apresentados pelo CBH Pardo não permitem, no momento, a aprovação da Deliberação. A câmara sugeriu adequações a serem feitas no documento, com destaque para a simplificação dos procedimentos para obtenção de autorização para perfuração de poços.

COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICAS

Processo Eleitoral

Os CBHs Alto Tietê, Paraíba do Sul e Piracicaba, Capivari e Jundiá abriram processo eleitoral para renovação do segmento sociedade civil. As inscrições do CBH-AT vão até o final de outubro e para compor o CBH-PCJ e CBH-PS até janeiro/2019. Os novos representantes comporão as plenárias referente ao biênio 2019-2021.

Rio Paranapanema

Reunião conjunta das câmaras técnicas de integração, Câmara técnica Institucional e Legal e Grupo Técnico de Acompanhamento da Implementação do Plano para discutir e aprovar a criação da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão, onde uma de suas principais atividades será a implementação das ações do plano de bacia. Nessa oportunidade também foi discutida a realização de seminário que aprova a Agenda Anual de Atividades 2018 do Comitê do Rio Paranapanema.

Rio Grande Federal

O comitê da bacia federal Rio Grande apresentou a priorização definida pelas oficinas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH). Na ocasião, também foi relatado o andamento das ações do PIRH já iniciadas pela diretoria do CBH-Grande e dado continuidade a análise das ações do Manual Operativo (MOP) para implementação das ações de curto prazo do Plano.

Área de Proteção e Recuperação de Mananciais

O Grupo de Trabalho Mananciais do CBH-Alto Tietê vem discutindo a criação da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM) do Guaió. O GT está em processo de análise do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) do manancial.

FEHIDRO

Os comitês de bacias hidrográficas realizaram reuniões para análise e hierarquização dos projetos proponentes a tomadores de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos 2018. O Fehidro financia programas e ações na área de recursos hídricos, de modo a promover a melhoria e a proteção dos corpos d'água e de suas bacias hidrográficas.

Comitês Piracicaba, Capivari e Jundiá

Monitoramento Hidrológico

A câmara de monitoramento hidrológico analisou as condições hidrológicas e as necessidades hídricas de descargas do sistema Cantareira, bem como apresentado dados de qualidade pela CETESB e aprovação de parecer de condicionantes à SABESP em relação aos volumes de espera dos reservatórios.

Câmara Técnica da Indústria

A câmara aprovou o termo de referência para contratação de estudo do potencial de reuso voltado ao setor industrial, com proposição de modelos de negócios, arranjos institucionais, assim como as barreiras e oportunidades. A contratação ocorrerá via Agência PCJ com recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.

GESTÃO EMPRESARIAL AMBIENTAL

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

1º reunião de 2018 da comissão de estudo de avaliação do desempenho ambiental para discussão do processo de desenvolvimento da norma ISO 14030 – Green Bonds. A norma está na fase de análise dos comentários recebidos e está prevista para publicação em 2020.

Diplomas legais recentes - Federal

ÁREAS DE PROTEÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 46, de 28/08/2018

Estabelece o Regulamento Técnico para exportação de bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos vivos, destinados ao abate ou à reprodução.

PORTARIA MMA Nº 373, de 19/09/2018

Institui procedimento para sistematização e aferição das informações sobre as áreas autorizadas de supressão vegetativa de acordo com a Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Acordo de Paris.

LICENCIAMENTO

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 19, de 20/08/2018

Estabelece os procedimentos para a regularização e o licenciamento ambiental a serem realizados junto ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - de empreendimentos/e ou atividades que procederem o Uso ou Manuseio de Radioisótopos – UMR.

PROJETOS DE LEI

Conformidade Ambiental

PL nº 10.412/2018 - Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para prever requisitos para a concessão ou renovação da licença ambiental.

PROJETOS DE LEI FEDERAL

Conformidade Ambiental

PL nº 10.526/2018 - Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e parágrafo 6º ao art. 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

PL nº 10.430/2018 - Inclui o § 4º ao art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e

administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Emissões Atmosféricas

PL Nº 10.521/2018 - Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar e cria o Sistema Nacional de Informações de Qualidade do Ar.

Licenciamento Ambiental

PL nº 10.412/2018 - Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para prever requisitos para a concessão ou renovação da licença ambiental.

Diplomas legais recentes - Estadual

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Resolução Conjunta SMA/FF nº 02, de 28/08/2018

Reorganiza as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais.

Resolução SMA Nº 118, de 20/09/2018

Aprova o Plano de Manejo do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande, Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, criada pelo Decreto Estadual 55.662, de 30/03/2010, e dispõe sobre o seu regulamento.

Resolução SMA Nº 120, de 20/09/2018

Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaberaba, Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, criada pelo Decreto Estadual 55.662, de 30/03/2010, e dispõe sobre o seu regulamento.

Resolução SMA nº 121, de 20/09/2018

Aprova o Plano de Manejo da Floresta Estadual de Guarulhos, Unidade de Conservação da Natureza de Uso Sustentável, criada pelo Decreto Estadual 55.662, de 30/03/2010, e dispõe sobre o seu regulamento.

Resolução SMA Nº 124, de 26/09/2018

Constitui o Comitê de Integração do Uso Público, com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para o desenvolvimento do uso público de parques urbanos e unidades de conservação, administrados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, e dá outras providências.

FISCALIZAÇÃO

Resolução SMA nº 123, de 25/09/2018

Dispõe sobre a instituição do Plano Estadual de Ações Preventivas em Fiscalização Ambiental e do Comitê Gestor para sua execução, gestão e coordenação, e dá outras providências.

LICENCIAMENTO E CONTROLE

Decisão de Diretoria Cetesb nº 153, de 11/09/2018

Dispõe sobre a homologação da revisão da Norma Técnica Cetesb D7.011 - Mineração por desmonte hidráulico - Procedimento: agosto de 2018.

Decisão de Diretoria Cetesb nº 154, de 11/09/2018

Dispõe sobre a homologação da revisão da Norma Técnica Cetesb D7.012 - Mineração por escavação - Procedimento: agosto de 2018.

PROJETOS DE LEI ESTADUAL**Biodiversidade**

PL nº 558/2018 - Dispõe sobre o controle populacional de animais exóticos invasores e o manejo sustentável de espécimes silvestres nocivos aos seres humanos, ao meio ambiente, à agricultura, à pecuária, à saúde pública e às outras espécies silvestres nativas no Estado.

PL nº 614/2018 - Proíbe a captura, o embarque, o transporte, a comercialização e o processamento dos peixes das espécies Cichla piquiti, Tucunaré Azul, e Cichla kelberi, Tucunaré Amarelo.

Conformidade Ambiental

PL nº 832/2018 - Acrescenta o Parágrafo único ao artigo 20 da Lei nº 9.509, de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Diplomas legais recentes - Municipal**LICENCIAMENTO E CONTROLE****Município de São Paulo****Portaria Decont nº 5, de 11/09/2018**

Define os conceitos e procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Atividades Industriais no âmbito do Município de São Paulo e estabelece a documentação necessária para atuação do respectivo processo administrativo.

Decreto nº 58.419, de 14/09/2018

Introduz alterações no Decreto nº 57.298, de 8 de setembro de 2016, que dispõe sobre os empreendimentos considerados de baixo risco de que tratam os artigos 127 e 133 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, e em seu Anexo I - Lista de Atividades de Baixo Risco.

AVISOS**IBAMA ADOTA NOVAS MEDIDAS DE LICENCIAMENTO PARA ATIVIDADES COM FONTES RADIOATIVAS**

A Instrução Normativa do Ibama (IN) nº 19/2018 estabelece procedimentos para regularização e licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que usam ou manuseiam Radioisótopos (UMR).

O texto classifica tipos de fonte de radiação de acordo com normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A partir desse enquadramento são estipulados procedimentos específicos para cada atividade, com o objetivo de aumentar o controle, a agilidade e a transparência no processo de licenciamento.

O artigo 7º da IN prevê a possibilidade de apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para empreendimentos com potencial de impacto considerado pequeno. O licenciamento de empreendimentos com significativo impacto ambiental permanece condicionado à elaboração de Estudo/Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima).

A nova norma revoga as INs do Ibama nº 01/2016 e nº 7/2018.

Mais informações: <https://goo.gl/Z55Erk>

Fonte: IBAMA



**PRÊMIO ODS
2018**

O Prêmio ODS reconhecerá iniciativas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) conduzidas por empresas que atuam no Brasil

A ação foi inspirada no SDG Pioneers — premiação realizada pelo UN Global Compact, que reconhece anualmente lideranças inovadoras em sustentabilidade corporativa no mundo. A versão brasileira terá uma categoria exclusiva para pequenas e médias empresas (PMEs).

O período de inscrição dos cases será entre outubro e dezembro de 2018 e o evento de premiação acontecerá em março de 2019. Os critérios para a escolha dos premiados serão embasados nas ferramentas e plataformas disponibilizadas pelo UN Global Compact — como o SDG Compass, guia de implementação dos ODS para o setor privado.

Fonte: Rede Brasil do Pacto Global

Link encurtado: <https://goo.gl/xk8e4u>

AVISOS

DAEE EXIGIRÁ DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE MEDIÇÕES DE VOLUMES

O Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE) publicou as **Portarias nº 5.579/2018 e 5.578/2018** que tratam de procedimentos para declaração de medições de volumes de uso de água, bem como de prazos e critérios técnicos para instalação de equipamentos medidores.

PORTARIA Nº 5.579/2018

Todos os usuários que possuem a obrigação de instalar equipamentos que registrem continuamente os volumes captados, deverão declará-los, em periodicidade ainda a ser definida pelo DAEE. As declarações serão realizadas por meio do Sistema de Declarações das Condições de Uso de Captações (SiDeCC), disponibilizado na internet.

A partir de 05.11.2018	Até 05.03.2019
<p>Início das declarações obrigatórias nas Bacia dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiaí-PCJ e Bacia do Sorocaba e Médio Tiete.</p> <p>Obs: Nas demais regiões do estado ainda não há cronograma definido.</p>	<p>Prazo para os usuários obrigados a utilizar equipamento medidor realizarem a instalação, conforme critérios definidos na Portaria DAEE nº 5.578/18. Caso haja outro prazo de instalação já solicitado pelo DAEE, o mesmo deverá ser seguido.</p>
<p>O que fazer: Usuário que ainda não declara seus dados, deve aguardar comunicação do DAEE com informação sobre “usuário” e “senha”, para assim iniciar a declaração no SiDeCC.</p>	<p>O que fazer: Verificar a necessidade de utilização de equipamento medidor, se obrigado a utilizar, observar o referido prazo e critérios de instalação.</p>

PORTARIA Nº 5.578/2018

Estabelece as condições e procedimentos para a instalação e a operação de equipamentos medidores de vazões e volumes de água captados ou derivados, relacionados com outorgas de direitos de uso.

PRAZO de até 05 de outubro de 2019: para usuários que obtiveram a dispensa de outorga de direito de uso e que possuam equipamentos hidrométricos instalados se adequarem.

IMPORTANTE:

- Prorrogação de prazo de instalação do equipamento medidor: poderá ser solicitado pelo usuário na Diretoria de Bacia do DAEE, com a devida justificativa, antes da data de vencimento.
- Cronograma de adequação das instalações de equipamento medidor: poderá ser requerida pelo usuário a aprovação de cronograma, com a devida justificativa, respeitando-se o limite de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão.
- Impossibilidade de instalação de equipamento medidor: o usuário deverá protocolar na sede da Diretoria de Bacia correspondente ao local do uso ou interferência, documentação que comprove o impedimento, para submeter à avaliação do DAEE.

A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PAULISTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, líderes de governo e de estado reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS com casos concretos, que podem ser utilizados como *benchmarks*.

A seguir, destacamos o caso da empresa General Motors do Brasil, que recebeu menção honrosa no Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água de 2018.

Fonte: Nações Unidas

Link encurtado: <https://goo.gl/4kwtyx>

EMPRESA: GENERAL MOTORS DO BRASIL

PROJETO: CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA

A General Motors atua desde 1925 no Brasil e conta com 6 complexos industriais e comerciais, empregando mais de 20.000 empregados e tornando-se recentemente a segunda maior operação da Corporação fora dos Estados Unidos.

O projeto ganhador destacou as ações implantadas pela GM para aprimoramento do uso eficiente dos recursos hídricos. Após a crise hídrica de 2014, a empresa aperfeiçoou seu projeto de reuso da água para garantir maior disponibilidade hídrica na planta de São Caetano do Sul. A empresa criou um grupo de trabalho para levantamento de estudos, criação de comunicação interna e investimentos, gerando novas iniciativas e metas para o aumento de reuso de água na planta. As iniciativas consistiram em: redução de água potável por unidade produzida; aumento da água de reuso introduzida nos processos, troca de torneiras e válvulas mictórios convencionais, instalação de redutores de vazão nas torneiras, aumento dos pontos de monitoramentos para identificação de vazamentos.

Com as medidas adotadas a empresa reduziu em 43% o consumo de água por veículo produzido e desde 2016 não utiliza mais água potável no seu processo de manufatura. A empresa também destaca que recentemente foi certificada na ISO 50001 (eficiência energética) reforçando seu compromisso com o meio ambiente.

Para conhecer os detalhes do projeto acesse: <https://goo.gl/BQxFEo>

ODS RELACIONADOS A ESSE PROJETO:



Clique nos link

MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

ATENÇÃO PARA O PRAZO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

O prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural foi prorrogado para todos os imóveis rurais. Proprietários e possuidores de imóveis rurais têm até o dia 31 de dezembro de 2018 para fazer a inscrição no CAR. O prazo foi prorrogado pelo Decreto Federal 9.395, de 30 de maio de 2018.

A inscrição no Cadastro Ambiental Rural até o final do prazo garante aos proprietários e possuidores de imóveis rurais os benefícios previstos no Código Florestal Brasileiro, Lei Federal Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. A partir de 2019, o crédito agrícola só será concedido para imóveis rurais com inscrição no CAR. No estado de São Paulo, os imóveis rurais devem ser inscritos no SICAR-SP.

Maiores informações: <http://www.car.gov.br/>

AGENDE-SE



ECONOMIA VERDE - UMA VISÃO DO BRASIL 2030

Tem como objetivo promover debates sobre uma nova Economia, verde, inclusiva e produtiva, sendo oportunidade de negócios e crescimento do Brasil de forma sustentável e arrojada, mediante a força dos recursos naturais do país, da indústria e do setor empresarial como um todo.

DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Das 08h às 13h na Fiesp

Confira a programação em:

<https://hotsite.fiesp.com.br/economia-verde/2018/>

AGENDE-SE



14º PRÊMIO FIESP DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA

Em sua 14ª edição, o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água continua sua missão de reconhecer os esforços da indústria paulista em reduzir o consumo e o desperdício de água.

OBJETIVOS

O Prêmio objetiva demonstrar os benefícios ambientais, sociais e econômicos nas boas práticas de gestão de água.

QUEM PODE PARTICIPAR?

Empresas de micro ou pequeno porte, de médio ou grande porte e concessionárias de saneamento, que tenham implantado medidas de conservação e reúso de água.

CRONOGRAMA

- Inscrição no *site* da Fiesp: até **07 de dezembro de 2018**.
- Envio de projetos por via eletrônica: até **14 de dezembro de 2018**.
- Solenidade de premiação: **data a definir**.

Para mais informações, acesse:
<http://www.fiesp.com.br/premioagua>

Expediente

O Informe Ambiental é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e Diretoria do Ciesp. Circulação bimestral

Fotografias: Everton Amaro, Helcio Nagamine

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link <http://www.fiesp.com.br/cadastro>